

Redimensionando Prestes e 1935

Ciro Flamarion Cardoso*

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora. Os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998, 149 pp.

O novo livro de Anita Prestes se inscreve, por um lado, numa linha coerente de pesquisa que rendeu até agora, além da obra presente, duas outras anteriormente publicadas: *A coluna Prestes*, cuja terceira edição, pela Brasiliense, é de 1991 (e que resultou de tese de doutorado defendida na UFF); e *Os militares e a reação republicana (As origens do tenentismo)*, que veio a público, pela Vozes, em 1994. Na continuação da linha mencionada, a autora desenvolve atualmente o projeto – que certamente renderá novos textos publicados – “Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura”.

O livro tem, por outro lado, um significado especial para a autora. Este é o ano do centenário de nascimento de Luiz Carlos Prestes. E Anita, pessoa e historiadora de caráter e convicção firmes, vem-se empenhando em combater o processo pelo qual, de um lado, continua-se a repetir as inverdades fartamente divulgadas no bojo da visão oficial dos acontecimentos de 1935 – o enfoque em termos de “Intentona Comunista”, “ordens de Moscou”, etc., quando não visões mais sofisticadas mas com as mesmas intenções, servidoras dos mesmos interesses – e de outro dão-se as tentativas acerca do próprio Prestes, seja no sentido de uma apropriação de sua figura da parte exatamente daquelas forças que ele combateu durante tantas décadas, seja de mostrá-lo como um homem honesto, bem-intencionado mas equivocado: surgindo, em ambos os casos, uma versão inofensiva do líder. Isto possibilita, até, que homenagens das mais suspeitas do ponto de vista político lhe sejam prestadas em caráter póstumo.

A autora encara o seu livro como esforço que procura “desmontar as versões absolutizadoras e/ou deturpadoras dos acontecimentos de 1935” (p. 19). Um esforço baseado em séria pesquisa de primeira mão. Desmontar, porém, não basta: assim, o texto traz também “uma nova abordagem” da conjuntura política de 1934/35 no Brasil. Na empresa de redimensionar tal aspecto da história nacional, a historiadora não critica somente posições direitistas: diverge, também, de opiniões emitidas por autores provenientes incontestavelmente da

* Professor Titular de História Antiga e Medieval da Universidade Federal Fluminense

esquerda. Para dar um exemplo, se demonstra o absurdo da posição em termos de “ordens de Moscou”, acha também que a historiadora Marly Vianna subestimou “a influência da Internacional Comunista junto ao Partido Comunista Brasileiro e à Aliança Nacional Libertadora” (p.97, nota 1).

No que tange às razões da derrota dos movimentos insurrecionais de 1935, Anita Prestes enfatiza erros de análise. Uma espécie de *wishful thinking* que teimava em ver uma “situação revolucionária” que de fato não existia e impedia que se percebesse a fragilidade de fundo do entusiasmo e da indubitável radicalização em curso; e, sobretudo, o “salvacionismo” conducente a esperanças de tipo golpista, muito forte entre os comunistas brasileiros, “dadas as limitações de sua formação e do meio em que atuavam” (p. 138), ou seja, uma sociedade brasileira proveniente de um processo histórico de formação

...marcado pela inegável força que as classes dominantes do país sempre tiveram para impor aos setores populares um estado de desorganização e desestruturação social que viria a tornar-se um dos traços mais característicos dessa sociedade excludente em relação aos “de baixo” e “gelatinosa”, no sentido de que não restaria nela espaço para que o povo organizado pudesse influir na vida política nacional. (...) (p. 139)

Note-se que, ao tratar dos erros de avaliação ocorridos, a autora não exclui deles o próprio Prestes. É assim que, ao comentar o Manifesto por ele assinado em 5 de julho de 1935, afirma:

Hoje é evidente que a avaliação da situação feita no Manifesto não correspondia à real correlação de forças presentes no cenário político daquele momento, mas uma parcela considerável e mais radicalizada dos aliancistas não só concordava com tal avaliação como considerava que o apelo de Prestes deveria ser seguido. (p.121)

Para mim, que vivi no período em que estudava na Universidade Federal do Rio de Janeiro a catástrofe de 1964, o livro desperta a sensação de um certo paralelo, *mutatis mutandis*, entre os processos de 1934/35 e 1963/64: em ambos os casos, uma radicalização indubitável mas muito limitada em suas possibilidades reais foi seguida por um golpe da direita de violência fora de qualquer proporção. E, em ambos os casos, por razões similares se bem que em contextos bastante diferentes, o apelo à greve geral, ao cair no vazio, demonstrou quão equivocado era o ufanismo anterior quanto às reais possibilidades, na época, de uma ampla mobilização popular.

Obra polêmica versando sobre um episódio dos mais debatidos da história brasileira deste século que termina, não deixará de acender polêmicas bem-vindas nestes tempos de nova vitória da direita: desta vez, efetivada sem recurso a um golpe de Estado, mas não menos devastadora em seus efeitos. Uma direita que continua tão interessada quanto sempre esteve na deturpação da história dos movimentos de contestação social e da atuação de seus líderes, entre os quais Luiz Carlos Prestes ocupa um lugar privilegiado.